

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

Dfs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	12
---	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	20
--	----

Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	23
---	----

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	24
--	----

Motivos de Reapresentação	25
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	900.000
Preferenciais	0
Total	900.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	4.509.261	5.548.713	5.510.244
1.01	Ativo Circulante	4.244.721	5.227.803	5.096.808
1.01.01	Disponibilidades	553	2.544	1.064
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.984.244	2.574.363	1.378.928
1.01.08	Outros Créditos	902.570	2.445.194	3.643.080
1.01.08.01	Impostos a Recuperar	902.570	2.445.194	3.643.080
1.01.09	Outros Valores e Bens	357.354	205.702	73.736
1.01.09.01	Contas a Receber de Clientes	93.117	37.819	11.717
1.01.09.02	Outros Valores a Receber	260.683	167.312	50.781
1.01.09.03	Partes Relacionadas	166	571	11.238
1.01.09.04	Despesas antecipadas	3.388	0	0
1.03	Ativo Permanente	264.540	320.910	413.436
1.03.02	Imobilizado de Uso	264.540	320.910	413.436

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	4.509.261	5.548.713	5.510.244
2.01	Passivo Circulante	413.616	622.995	1.703.882
2.01.09	Outras Obrigações	413.616	622.995	1.703.882
2.01.09.01	Impostos e Contribuições	96.251	323.731	154.595
2.01.09.02	Impostos e Contrib Retidos de Terceiros	6.325	3.080	2.989
2.01.09.03	Férias e encargos a pagar	132.528	94.089	88.292
2.01.09.04	Pró Labore Variável a Pagar	0	0	47.444
2.01.09.06	Outras obrigações	111.334	37.419	51.319
2.01.09.09	Impostos e Contrib s/ receita/lucro	67.178	164.676	0
2.01.09.10	Dividendos a pagar	0	0	1.359.243
2.05	Patrimônio Líquido	4.095.645	4.925.718	3.806.362
2.05.01	Capital Social Realizado	3.300.000	3.300.000	3.300.000
2.05.04	Reservas de Lucro	795.645	1.625.718	506.362
2.05.04.01	Legal	422.855	351.858	351.858
2.05.04.02	Estatutária	372.790	1.269.728	78.615
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	4.132	75.889

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	2.115.039	3.304.151	2.040.589
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	8.130.287	8.410.149	4.826.683
3.04.02	Despesas de Pessoal	-4.236.586	-4.331.046	-2.549.155
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-2.800.174	-1.213.684	-1.010.042
3.04.03.01	Telecomunicações	-12.555	-15.057	-22.960
3.04.03.02	Aluguel - Uso Próprio	-142.832	-135.325	-143.413
3.04.03.03	Energio Eletrica	-5.379	-6.226	-8.737
3.04.03.06	Anúncios e Publicações	-26.588	-43.720	-34.797
3.04.03.07	Amortização	-91.848	-91.796	-59.185
3.04.03.08	Assessoria Contábil	-95.798	-76.128	-52.733
3.04.03.09	Auditoria	-123.996	-30.554	-59.160
3.04.03.10	Honorários Advocatícios	-154.533	-67.179	-4.130
3.04.03.12	Escrituração de CRI	-39.894	-35.109	-17.294
3.04.03.13	Cetip	-16.398	-38.857	-40.803
3.04.03.14	Associação de Classe/Sescon	-41.400	-33.256	-12.253
3.04.03.15	Taxa CVM	-19.839	-19.055	-19.133
3.04.03.16	Outras	-1.984.810	-557.104	-461.042
3.04.03.18	Depreciação	-25.371	-18.979	-9.964
3.04.03.19	Cursos e Treinamentos	0	-40.587	-58.137
3.04.03.20	Despesa com cartório	-18.933	-4.752	-6.301
3.04.04	Despesas Tributárias	-920.992	-844.461	-472.090
3.04.04.01	IPTU	-10.595	-16.953	0
3.04.04.03	Demais Despesas	-83.918	-11.551	-6.027
3.04.04.04	ISS s/ Receitas de Serviços	-406.689	-424.885	-241.587
3.04.04.05	PIS s/ Receitas de Serviços	-58.680	-54.666	-31.409
3.04.04.06	COFINS s/ Receitas de Serviços	-361.110	-336.406	-193.067
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	6.458.940	6.307.385	4.594.688
3.04.05.01	Receitas Financeiras	6.024.246	6.243.244	4.563.546
3.04.05.02	Outras Receitas	434.694	64.141	31.142

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-4.516.436	-5.024.192	-3.349.495
3.04.06.02	Despesas Bancárias	-34.478	-47.104	-21.346
3.04.06.03	Multa e Juros	-88.067	-13.174	-16.558
3.04.06.05	Despesas com aplicações	-3.849.198	-4.963.914	-3.311.591
3.04.06.06	Outras despesas	-544.693	0	0
3.05	Resultado Operacional	2.115.039	3.304.151	2.040.589
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	2.115.039	3.304.151	2.040.589
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-695.113	-1.105.038	-529.924
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	1.419.926	2.199.113	1.510.665
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	1,58000	2,44000	1,68000

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	1.419.926	2.199.113	1.510.665
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.419.926	2.199.113	1.510.665

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.718.738	3.654.165	390.667
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.537.144	2.309.888	1.579.814
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	1.419.926	2.199.113	1.510.665
6.01.01.02	Amortizações do diferido	25.371	91.796	59.185
6.01.01.04	Amortização e depreciação do imobilizado	91.847	18.979	9.964
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.181.594	1.344.277	-1.189.147
6.01.02.01	(Aumento)/Diminuição de clientes	-55.298	-26.102	-2.988
6.01.02.02	(Aumento)Diminuição de impostos a recuperar	1.542.624	1.197.886	1.002.241
6.01.02.04	Aumento/(Diminuição) de obrigações fiscais	-321.733	333.903	-708.874
6.01.02.05	(Aumento)/Diminuição de outros créditos	-92.966	-105.863	-50.396
6.01.02.06	Aumento/(Diminuição) de obrigações trabalhistas	38.439	-41.647	-364.012
6.01.02.07	(Aumento) Diminuição - despesas antecipadas	-3.387	0	0
6.01.02.12	Aumento/(Diminuição) - outras obrigações	73.915	-13.900	-1.065.118
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-60.848	-18.250	-410.777
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-60.848	-16.120	-60.317
6.02.02	Benfeitorias em imóveis de terceiros	0	-2.130	-350.460
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.250.000	-2.439.000	-1.210.442
6.03.03	Dividendos pagos	-2.250.000	-2.439.000	-10.442
6.03.04	Redução de capital	0	0	-1.200.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	407.890	1.196.915	-1.230.552
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.576.907	1.379.992	2.610.544
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.984.797	2.576.907	1.379.992

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	3.300.000	0	0	1.625.718	0	0	4.925.718
5.03	Saldo Ajustado	3.300.000	0	0	1.625.718	0	0	4.925.718
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	1.419.926	0	1.419.926
5.05	Destinações	0	0	0	-1.260.000	-990.000	0	-2.250.000
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-1.260.000	-990.000	0	-2.250.000
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	429.926	-429.926	0	0
5.13	Saldo Final	3.300.000	0	0	795.644	0	0	4.095.644

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	3.300.000	0	0	506.362	0	0	3.806.362
5.03	Saldo Ajustado	3.300.000	0	0	506.362	0	0	3.806.362
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	2.199.113	0	2.199.113
5.05	Destinações	0	0	0	-71.757	-1.008.000	0	-1.079.757
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-71.757	-1.008.000	0	-1.079.757
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	1.191.113	-1.191.113	0	0
5.09.01	Reserva Estatutária	0	0	0	1.191.113	-1.191.113	0	0
5.13	Saldo Final	3.300.000	0	0	1.625.718	0	0	4.925.718

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	4.500.000	0	0	365.382	0	0	4.865.382
5.03	Saldo Ajustado	4.500.000	0	0	365.382	0	0	4.865.382
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	1.510.665	0	1.510.665
5.05	Destinações	0	0	0	-10.442	-1.359.243	0	-1.369.685
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-10.442	-1.359.243	0	-1.369.685
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	151.422	-151.422	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	-1.200.000	0	0	0	0	0	-1.200.000
5.13	Saldo Final	3.300.000	0	0	506.362	0	0	3.806.362

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	8.130.287	8.410.149	4.826.683
7.01.02	Prestação de Serviços	8.130.287	8.410.149	4.826.683
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.520.362	-961.124	-793.272
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-870.653	-400.008	-436.104
7.03.02	Serviços de Terceiros	-1.649.709	-561.116	-357.168
7.04	Valor Adicionado Bruto	5.609.925	7.449.025	4.033.411
7.05	Retenções	-117.219	-110.775	-69.149
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-117.219	-110.775	-69.149
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.492.706	7.338.250	3.964.262
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.065.049	1.343.471	1.283.096
7.07.02	Outros	2.065.049	1.343.471	1.283.096
7.07.02.01	Receitas Financeiras	1.630.355	1.279.330	1.251.955
7.07.02.02	Outras Receitas	434.694	64.141	31.141
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	7.557.755	8.681.721	5.247.358
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	7.557.755	8.681.721	5.247.358
7.09.01	Pessoal	3.600.233	3.622.920	2.066.203
7.09.01.01	Remuneração Direta	2.928.920	3.127.406	1.742.538
7.09.01.02	Benefícios	547.193	388.102	226.655
7.09.01.03	F.G.T.S.	124.120	107.412	97.010
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.252.459	2.657.624	1.485.258
7.09.02.01	Federais	1.768.536	2.207.485	1.240.779
7.09.02.03	Municipais	483.923	450.139	244.479
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	285.137	202.064	185.232
7.09.03.01	Aluguéis	162.593	141.786	147.327
7.09.03.02	Outras	122.544	60.278	37.905
7.09.03.02.01	Juros	88.066	13.174	16.559
7.09.03.02.02	Despesas Bancárias	34.478	47.104	21.346
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.419.926	2.199.113	1.510.665
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.419.926	2.199.113	1.510.665

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

HABITASEC SECURITIZADORA S.A

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às determinações legais, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Habitasec Securitizadora S.A, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre Demonstrações Financeiras.

No período findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia emitiu 38 (trinta e oito) novas séries de CRI, totalizando as operações o montante de R\$ 1.033.022.000.

O resultado líquido obtido pela Companhia no período foi um lucro de R\$ 1.419.926 (lucro de 2.199.113 em 2019) e o seu patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 4.095.645 (R\$ 4.925.718 em 2019).

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Financeiras da Habitasec Securitizadora S.A, ou pessoas a ela ligadas, não prestou quaisquer outros serviços que não sejam os de auditoria externa.

São Paulo, 08 de Março de 2021.

A ADMINISTRAÇÃO

Notas Explicativas

HABITASEC SECURITIZADORA S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2020

(Em reais)

Nota 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Habitasec Securitizadora S.A. (“Companhia”) foi constituída em 19 de dezembro de 2007, sendo seus atos de constituição arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, em 28 de dezembro de 2007. O início de suas atividades operacionais ocorreu em novembro de 2010 com a primeira emissão de Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRIs).

Trata-se de uma sociedade registrada como companhia aberta junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que tem por objeto social (i) a aquisição e securitização de créditos imobiliários, (ii) a emissão e colocação, no mercado financeiro, de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs), podendo emitir outros títulos de crédito, realizar negócios a prestar serviços compatíveis com as suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, alterações, e outras disposições legais aplicáveis, (iii) a gestão e administração de créditos imobiliários, próprios ou de terceiros, (iv) a aquisição e a alienação de títulos de crédito imobiliários, (v) a emissão, distribuição, recompra, revenda ou resgate de valores imobiliários de sua própria emissão nos mercados financeiros e de capitais, (vi) a prestação de serviços envolvendo a estruturação de operações de securitização próprias e de terceiros, (vii) a realização de operações nos mercados de derivativos visando à cobertura de riscos, (viii) a prestação de garantias para os valores mobiliários emitidos pela Companhia, e (ix) a gestão de fundos e recursos próprios e de terceiros. Em AGOE realizada em 30 de abril de 2015, foi deliberada e aprovada a seguinte inclusão de atividade no objeto social da Companhia: (x) a emissão e colocação, no mercado financeiro, de certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs) e de outros títulos e valores mobiliários lastreados em créditos originários do agronegócio, bem como a realização de negócios e prestação de serviços relacionados à securitização dos créditos aqui referidos.

No período findo em 31 de dezembro de 2020 a companhia apurou como resultado, lucro no valor de R\$ 1.419.926 (Lucro de R\$ 2.199.113 no período findo em 31 de dezembro de 2019). Os planos de negócios da companhia incluem a gestão da carteira de CRIs já emitidos além de novas estruturas e emissões de CRIs, os quais vem proporcionando receita suficiente para gerar lucro e, no entendimento da administração, deverão continuar gerando receita suficiente para suportar as suas atividades e geração de lucro.

Em 2020 a Habitasec emitiu trinta e oito novas séries de CRI, no montante total de R\$ 1,03 bilhões.

Nota 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, atualizadas pela Lei 11.638/08, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPCs e normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, considerando como pressuposto a continuidade de suas atividades em regime normal, sendo aprovadas pela administração em 08 de março de 2021.

Notas Explicativas

Atendendo às disposições da Instrução CVM 480/09, a diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as demonstrações financeiras da companhia e com o relatório dos auditores independentes relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2020.

Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da companhia incluem, portanto, estimativas, provisões e amortização do ativo diferido. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

Nota 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações anuais foram elaboradas de maneira consistente com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras anuais, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e permanecem válidos, exceto as novas normas que passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2019 descritas a seguir:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 06 (R2) - Arrendamento mercantil	- Correlação as normas internacionais de contabilidade – IFRS 16. Refere-se à definição e a orientação do contrato de arrendamento previsto na IAS17.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

Na avaliação da Companhia essas modificações não impactaram significativamente as suas demonstrações financeiras.

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram basicamente as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios.

As receitas compreendem substancialmente o valor presente pela prestação de serviços. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a execução dos serviços realizados até a data base de 31 de dezembro de 2020.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Outros ativos e passivos circulantes

Demonstrados pelos valores de custo de aquisição incluindo os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) auferidos e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização. Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados à companhia, e o seu valor pode ser mensurado com segurança. Já o passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando a companhia tem uma obrigação oriunda de eventos passados, com probabilidades de que um recurso seja requerido para liquidação desta obrigação.

Notas Explicativas

d) Instrumentos financeiros

d.1) Classificação e mensuração

A Companhia classifica suas aplicações financeiras sob a categoria de títulos para negociação, mensuradas pelo valor justo através do resultado. A administração determinou a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial com base na finalidade para o qual os ativos financeiros foram adquiridos.

d.2) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Os ativos dessa categoria são mensurados pelo valor justo, os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no seu valor justo são registrados diretamente no resultado.

d.3 – Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra e para aqueles sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação que incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares.

e) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240.000, e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. Impostos a recuperar são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos referidos impostos retidos na fonte.

f) Baixa de ativos

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos são transferidos a terceiros:

- 1) Se a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros – securitização de ativos na qual o cedente não retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito aos novos titulares – os ativos securitizados são removidos do balanço.
- 2) Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido – securitização de ativos na qual o cedente retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito aos novos titulares venda de ativos financeiros – os ativos securitizados não são removidos do balanço, sendo reconhecido um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida.

Os recebíveis imobiliários, lastros de operações de securitização, com constituição de patrimônio em separado, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1.997, sem cláusula de coobrigação, foram objeto de baixa quando da emissão de seus respectivos Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRIs. Eventuais benefícios residuais são reconhecidos no ativo, de acordo com seus períodos de competência, líquido de eventuais provisões para garantias. Não há benefícios residuais provenientes da operação realizada até 31 de dezembro de 2020.

g) Lucro ou prejuízo por ação

O lucro ou prejuízo por ação é apurado mediante a divisão do resultado líquido da Companhia pela quantidade média ponderada de ações existentes no período.

h) Apresentação das informações por segmentos

Notas Explicativas

A Companhia atua única e exclusivamente no segmento de securitização de recebíveis imobiliários, motivo pelo qual não se aplica a apresentação das informações de segmentação requeridas pelo CPC 22.

i) Passivos contingentes

Contingências passivas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco da perda de uma ação, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, quando considerados relevantes, são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

Nota 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Bancos conta movimento	553	2.544
Aplicações financeiras de liquidez imediata	2.984.244	2.574.363
	2.984.797	2.576.907

Nota 5 – CLIENTES – R\$ 93.117 (R\$ 37.819 em 31/12/2019)

Os valores a receber de clientes referem ao faturamento de prestação de serviços de intermediação na emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários.

Nota 6 – IMPOSTOS A RECUPERAR

Trata-se de Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS retidos na fonte ou recolhidos a maior, a serem compensados com impostos e contribuições futuras, conforme segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo negativo de IRPJ de exercícios anteriores	835.432	2.376.522
IRRF pago a maior	57	-
PIS e COFINS a compensar	-	1.592
Contribuição social recolhida a maior a compensar	67.080	67.080
	902.569	2.445.194

Nota 7 – PARTES RELACIONADAS

A Companhia realizou no período transações com partes relacionadas, sendo que as mesmas produziram saldos a receber de R\$ 166. (R\$ 571 em 31/12/2019)

As despesas com honorários da administração, exceto pró-labore variável e sem encargos sociais, totalizam R\$ 731.006 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 744.000 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da administração.

Notas Explicativas**Nota 8 – Imobilizado – R\$ 320.910**

O saldo do imobilizado é composto de:

a) Imobilizado de Uso

Imobilizado	Taxa de Depreciação Anual	Saldo 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2020
Móveis e utensílios	10%	34.347	-	-	34.347
Computadores e periféricos	20%	78.192	60.848	-	139.040
Instalações	10%	8.436	-	-	8.436
Equipamentos de Comunicação	10%	3.100	-	-	3.100
Imobilizado		124.075	60.848	-	184.923

Depreciações	Taxa de Depreciação Anual	Saldo 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2020
Móveis e utensílios	10%	(6.273)	(3.435)	-	(9.708)
Computadores e periféricos	20%	(24.262)	(20.782)	-	(45.044)
Instalações	10%	(1.852)	(844)	-	(2.696)
Equipamentos de Comunicação	10%	(395)	(310)	-	(705)
Depreciações		(32.782)	(25.371)	-	(58.153)
Imobilizado líquido		91.293	-	-	126.770

(b) Gastos com benfeitorias em imóvel de terceiros, realizadas no imóvel sede da Companhia, a serem amortizados pelo prazo do contrato de locação.

Imobilizado	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Benfeitorias em imóveis de terceiros	352.590	-	-	352.590
(-) Amortizações	(122.973)	(91.847)	-	(214.820)
Imobilizado líquido	229.617	(91.847)	-	137.770

Nota 9 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

O saldo de impostos e contribuições a recolher é assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão de imposto de renda	-	-
Provisão de contribuição social	6.142	54.450

Notas Explicativas

Cofins, Pis e ISS a recolher	61.036	110.226
Impostos retidos no pagamento de terceiros	6.325	3.080
Impostos sobre honorários e salários	96.251	323.731
	169.754	491.487

Nota 10 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$ 240 mil, no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência.

As composições das despesas de imposto de renda e de contribuição social nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 encontram-se resumidas a seguir:

	31/12/2020		31/12/2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	2.115.040	2.115.040	3.304.151	3.304.151
Adições/Exclusões				
(-) Reversão de Provisões	-	-	-	-
(+) Despesas indedutíveis	-	-	16.548	16.548
(=) Resultado tributado	2.115.040	2.115.040	3.320.699	3.320.699
Imp. de renda – Alíquota 15%	(317.256)	-	(498.105)	-
Imp. de renda – Adicional 10%	(187.504)	-	(308.070)	-
Contribuição social – alíquota 9%	-	(190.353)	-	(298.863)
	(504.760)	(190.353)	(806.175)	(298.863)

Nota 11 – PATRIMONIO LÍQUIDO

O capital social está representado por 900.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal e totalmente integralizadas.

Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de um voto nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na legislação aplicável, do Estatuto Social e Acordos de Acionistas.

Aos acionistas é assegurado pelo Estatuto Social o direito ao recebimento de um dividendo anual mínimo obrigatório de 5% do lucro líquido ajustado do exercício, nos termos da Lei nº 6.404/76.

Nota 12 – Resultado Financeiro

O resultado financeiro é composto das seguintes contas:

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas de aplicações financeiras	4.510.489	6.086.640

Notas Explicativas

Receitas de Spread	784.495	-
Receitas de atualização de créditos fiscais	47.858	156.354
Descontos obtidos	37	247
Juros sobre títulos	-	3
Floating	681.366	-
Repasse de receitas de aplicações financeiras	(3.849.198)	(4.963.914)
Despesas com tarifas bancárias	(34.478)	(47.104)
Despesas com encargos s/recolhimentos	(78.640)	(7.432)
Outras despesas financeiras	(555.366)	(5.742)
TOTAIS	1.506.564	1.219.052

13. Informações sobre Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários

Com a publicação da Instrução CVM nº 600, datada de 01 de agosto de 2018, foram instituídas novas disposições envolvendo Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários e alterados determinados dispositivos contidos em outras instruções normativas publicadas pela Comissão de Valores Mobiliários. Nesse contexto, destacamos o art. 34 dessa ICVM nº 600 que acrescentou à Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o art. 25-A que, por sua vez, passou a requerer o tratamento, em se tratando de companhia securitizadora, de cada patrimônio separado como entidade que reporta informação para fins de elaboração de demonstrações financeiras individuais, desde que a companhia securitizadora não tenha que consolidá-lo em suas demonstrações conforme as regras contábeis aplicáveis a sociedades anônimas.

Em atendimento a essa disposição, a partir do período findo em 30 de junho de 2019, a Companhia deixou de fazer constar nas suas notas explicativas, as demonstrações financeiras vinculadas aos patrimônios separados por ela instituídos, passando a disponibilizá-las em sua página na rede mundial de computadores, em até 03 (três) meses após o encerramento do exercício social.

14. COVID 19

Desde o início de janeiro de 2020, o surto de coronavírus, que é uma situação em rápida evolução, impactou adversamente as atividades comerciais globais. O rápido desenvolvimento e fluidez dessa situação impedem qualquer previsão como seu impacto final, o que pode ter um impacto adverso contínuo nas condições econômicas e de mercado e desencadear um período de desaceleração econômica global. Os Diretores informam que não houveram impactos nas Demonstrações Trimestrais em 31 de dezembro de 2020 como resultado deste evento. A administração da Habitasec Securitizadora S.A está monitorando os desenvolvimentos relacionados ao coronavírus e coordenando sua resposta operacional com base nos planos de continuidade de negócios existentes e nas orientações de organizações globais de saúde, governos relevantes e melhores práticas gerais de resposta a pandemia.

15. PERDAS E INADIMPLÊNCIA

Desde o início do surto de Coronavírus, a diretoria informa que não houve nenhum inadimplemento ou perda devida ou não pelo surto. As operações geridas pela HABITASEC SECURITIZADORA continuaram honrando seus compromissos junto a securitizadora e investidores no período findo em 31 de dezembro 2020.

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas da

HABITASEC – SECURITIZADORA S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da HABITASEC – SECURITIZADORA S.A. (Companhia), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HABITASEC – SECURITIZADORA S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

GBS-121-21

Indicação de desvalorização dos ativos não financeiros da Companhia

A fim de atender o item 12 (d) do NBC TG 01 (R3) – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS, executamos procedimentos de auditoria para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- análise da qualidade do ativo da Companhia e de recuperabilidade por tipo de ativo.
- avaliação da continuidade da Companhia e eventual desvalorização dos ativos da mesma através da análise de outros indicadores da Companhia, tais como análise de estrutura de capital, indicadores de liquidez e de rentabilidade.

Provisões para contingências

Provisões e passivos contingentes possuem incerteza inerente em relação ao seu prazo e valor de liquidação. Também, o reconhecimento e a mensuração das provisões e passivos contingentes requerem que a Companhia exerça julgamentos relevantes para estimar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos dos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia é parte envolvida. Essa avaliação é baseada em posições de assessores jurídicos internos e externos e em julgamentos da própria administração.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- confirmação, por escrito, dos consultores jurídicos externos da Companhia sobre: (i) o estágio processual das ações judiciais ativas e passivas; e (ii) estimativa confiável da potencial perda e da classificação de probabilidade de perda entre provável, possível e remota;
- avaliação da competência técnica dos consultores jurídicos internos e externos utilizados pela Companhia;
- avaliação da política contábil adotada para provisionamento das ações judiciais e discussão das premissas em que se pautam as estimativas dos valores provisionados;
- testes de recálculo do valor de exposição dos processos judiciais e administrativos, teste de atualização financeira conforme legislação aplicável;
- testes de passivos contingentes não registrados, com base em pesquisas nos websites dos tribunais de justiça relevantes.

Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece suas receitas com gestão de recebíveis respeitando o período de competência que converge com o requerimento das normas contábeis vigentes.

Assim, a análise detalhada de cada uma das condições específicas, bem como o julgamento da Administração determinam os valores e momento que são reconhecidos.

O período de fechamento contábil é o parâmetro principal para que o reconhecimento da receita não contenha valores de períodos incorretos, respeitando o momento em que ocorre a transferência de riscos e benefícios de cada transação.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- revisão da aplicação dos critérios definidos pelos controles internos da Companhia e julgamentos da Administração para reconhecimento da receita;
- avaliação da adequação das premissas utilizadas pela Administração e das políticas de reconhecimento de receita adotadas;
- revisão da adequada divulgação em nota explicativa.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreende o Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais eficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2021.

UHY BENDORAYTES & CIA.

Auditores Independentes

CRC 2RJ 0081/O-8

GEYSA BENDORAYTES E SILVA

Contadora

CRC 1RJ 091330/O-5

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

HABITASEC SECURITIZADORA S/A

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em cumprimento à instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 08 de Março de 2021.

A ADMINISTRAÇÃO

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

Pareceres e Declarações/Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

HABITASEC SECURITIZADORA S/A

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Informamos que a companhia não contraiu outros serviços junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações financeiras que não sejam relativos a trabalhos de auditoria.

Em cumprimento à instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 16 de Março de 2021.

A ADMINISTRAÇÃO

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Alterações de informações no contexto operacional e notas explicativas